



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Brasil

Assmar Leal, Eveline Maria

A Psicologia Social e o Estudo da Justiça em Diferentes Níveis de Análise

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 13, núm. 3, 2000, pp. 497-506

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18813317>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## A Psicologia Social e o Estudo da Justiça em Diferentes Níveis

Eveline Maria Leal Assmar<sup>d</sup>  
Universidade Gama Filho

**Resumo**

Considerando a ampla diversificação do campo de estudos da Psicologia e seu conseqüente desdobramento em subcampos, este trabalho pretende discutir algumas questões centrais em torno de suas eventuais compatibilidades teóricas. Destacam-se as idéias de alguns psicólogos sociais a esse respeito, especialmente aquelas relacionadas a diferentes níveis de análise, usados pelos pesquisadores ao estudarem os fenômenos psicossociais, e à necessidade de articulação entre eles. Em segundo lugar, propõe-se a delinear um campo potencial de análise dessa questão, tomando como foco, mas retendo como eixo central de discussão a fertilidade recíproca entre as perspectivas micro e macro da justiça. À guisa de conclusão, são apresentadas algumas pesquisas brasileiras sobre justiça, localizadas em diferentes níveis de análise e destacando-se a necessidade de esforços na direção de uma integração teórica entre tais perspectivas para uma melhor compreensão desse fenômeno.

*Palavras-chave:* Psicologia Social; justiça; níveis de análise.

**Social Psychology and the Study of Justice at Different Levels of Analysis**

**Abstract**

Taking into account the wide diversification of the social psychology field and the development of its subfields, this paper intends to discuss some basic questions related to their theoretical compatibilities and divergences. The ideas of social psychologists are presented, especially those related to the distinction among the different levels of analysis used by researchers for studying the sociopsychological phenomena, and the need of articulating them. It also proposes to delineate a potential field of analysis of this question, but taking as the central focus the reciprocal fertility of micro and macro justice perspectives. Finally, some Brazilian researches on justice are discussed and the need of making efforts in the direction of a theoretical integration between these alternative approaches in order to obtain a richer understanding of this phenomenon is emphasized.

*Keywords:* Social Psychology; justice; levels of analysis.

A Psicologia Social contemporânea, entendida em seu sentido mais amplo, tem sido vista como um campo vastíssimo de conhecimentos, constituído por duas principais áreas de estudo dos fenômenos que envolvem os indivíduos em sociedade. De modo simplificado, existiriam, atualmente, *duas psicologias sociais*, costumeiramente rotuladas de Psicologia Social psicológica e Psicologia Social sociológica em função da ênfase que outorgam ao indivíduo ou ao contexto social

três últimas décadas, tal desenvolvimento ocorreu em uma expansão e progressiva maturação do campo, conquistada pela Psicologia Social no Brasil e na Europa, o que, sem dúvida, contribuiu para o saber hegemônico nessa área. Atualmente, a Psicologia Social psicológica, de origem norte-americana,

O que importa discutir é a importância da Psicologia Social como os psicólogos sociais

além da sua, obviamente (negação ou crítica geral e irrestrita seriam sinônimos, nesse caso), e há os que admitem caminhos alternativos para o conhecimento sociopsicológico, mas se preocupam exclusivamente com seus próprios projetos teóricos e/ou de pesquisa. A segunda posição é formada por psicólogos sociais que, radicalismos à parte, começam a apresentar propostas em direção à necessidade de se articularem e integrarem esses dois corpos de conhecimento como uma forma de alcançar um melhor entendimento de fenômenos tão complexos. Ainda que estejam conscientes das dificuldades de tal empreitada e de algumas incompatibilidades nos planos epistemológico, teórico ou metodológico, lançam-se em tentativas de sistematização e unificação da área.

Com a emergência dessa posição mais recente no palco das discussões sobre os vários domínios da Psicologia Social, passariam a ser três, e não duas, as psicologias sociais claramente reconhecidas. Em sua obra, *A New Outline of Social Psychology*, Gold e Douvan (1997) acrescentam uma terceira psicologia social, na qual se inserem, que tem como foco o estudo da interação do social com o psicológico, reservando às demais a exclusividade, seja do psicológico (processos cognitivos individuais), seja do social (dinâmica dos grupos).

Este trabalho propõe-se, justamente, trazer à discussão, em primeiro lugar, o pensamento de alguns psicólogos sociais que refletem sobre essas questões, debruçando-se sobre análises filosóficas e teóricas produtivas, com o propósito de articular ou integrar as diferentes abordagens dos fenômenos psicossociais. Em segundo lugar, pretende delinear um campo potencial de análise dessa questão, tomando o valor da justiça como foco, mas retendo como eixo central de discussão a fertilidade recíproca entre as abordagens da macrojustiça e da microjustiça. Nesse percurso, busca-se salientar a importância de um enfoque explicativo múltiplo que possa demonstrar como elas se interpenetram e se complementam na decifração desse tema, vital para os indivíduos, grupos e sociedades.

definições, refere-se ao significado, ou mais precisamente, aos significados do termo *social*, adotados por diferentes autores sociais e outros cientistas sociais. McGarty e Hogg (1997) resumem os principais sentidos a ele atribuídos: a) interação entre duas pessoas; b) sociedade; c) grupos de pessoas; d) problemas que afetam um grande número de pessoas; e) mais de uma pessoa, com uma mínima associada à definição a).

Em função desses diferentes significados, é importante que se as definições para a Psicologia Social sejam baseadas desde o estudo do indivíduo no ambiente social (isto é, nos processos cognitivos individuais e na interação com outros), passando por grupos (microgrupos (díades, tríades ou até mesmo trios), estudo de macrogrupos, de relações interpessoais, intergrupais, de problemas sociais, chegando à sociedade e da cultura.

Uma ilustração poderá traduzir melhor a importância em relação ao uso da palavra social. Em sua obra *Cognitive Social Psychology*, Gold e Douvan (1997) afirmam que a *Cognição Social* seja estudado, com igual importância, por psicólogos sociais norte-americanos e europeus, fazem restrições à adequabilidade da abordagem adotada aos estudos desenvolvidos nos EUA, que se concentram na cognição nem à sociedade, cultura ou contexto. Logo, sequer, em alguns casos, à própria interação social. O que se tome uma definição abrangente de cognição social, como a disciplina que estuda os aspectos psicológicos que se relacionam à interação social e a cultura sociais em geral, alertam McGarty e Hogg (1997). É necessário esclarecer convenientemente a importância, maior ou menor, atribuído a esse tema, mais amplo. Por conta da falta de clareza e de precisão, muitas vezes, essa questão se apresenta como um conflito ou de uma tensão existente entre a Psicologia Social como uma ciência psicológica e a Psicologia Social como uma ciência social.

Em sua obra *Two Social Psychology Approaches*, Stephan e Stephan (1985), apud

simbólico, por um lado, e a teoria de atribuição de causalidade, por outro, constituiriam um exemplo da convergência possível entre uma e outra Psicologia Social. Ambas as teorias examinam o processamento cognitivo da informação, as percepções seletivas do ambiente por parte dos indivíduos, a dependência mútua entre o *self* e os outros. E mais, nenhuma dessas teorias pressupõe que os seres humanos sejam totalmente racionais, ambas enfatizam as experiências da vida diária, examinam os processos cognitivos através dos quais os indivíduos interpretam seus mundos e os tornam inteligíveis, e exploram a interdependência de pensamentos e comportamentos. Nesse sentido, o clássico experimento de *Robbers Cave*, de Sherif, Harvey, White, Hood e Sherif (1961), é trazido por eles para exemplificar a utilização de uma estratégia de pesquisa integrada. Esses pesquisadores, ao estudarem a formação de grupos e o conflito e cooperação intergrupal entre garotos norte-americanos, em um acampamento de verão, tomaram como foco principal a interpretação subjetiva do ambiente social pelas crianças, e valeram-se de técnicas sociológicas de observação e de entrevistas em profundidade, bem como de questionários padronizados, usualmente adotados pelos psicólogos. Eles trouxeram uma importante contribuição para o estudo dos grupos sociais, demonstrando como se dá a formação do *in-group*, mesmo sem o conhecimento de um grupo rival, como o conflito intergrupal pode emergir do contato entre os grupos e como o conflito pode ser superado pela introdução de objetivos supragrupais. Este tipo de estudo, concluem, atesta a fecundidade da dupla abordagem e a possibilidade de combinar, de forma vantajosa, as técnicas e os níveis de análise de ambas as psicologias sociais.

Doise (1997), após fazer uma breve apreciação crítica sobre o estado atual da Psicologia Social contemporânea, na qual denuncia a extrema dispersão de conhecimentos e a ausência de tentativas de integração, propõe-se a discutir as inter-relações entre os princípios explicativos

divergências intra e intergrupais. Nos estudos que tratam desse tema, a interação faz-se presente, na medida em que a categorização, desvio e identificação (diferenciação/heterogeneidade e polarização e identidade/homogeneidade). Não obstante, também se insinua nessas abordagens a importância de dar conta dos efeitos da interação. É necessário que se analisem os efeitos desse grupo em relação aos demais (Doise, 1997). O estudo de Sherif e colaboradores sobre competição intergrupal é também um exemplo dessa complexidade.

Mais diretamente relevante para o tema é a contribuição de Doise (1997) sobre o imenso corpo de pesquisas produzidas na Psicologia Social com base em princípios explicativos nelas envolvidos. Ao imprimir organização teórica à diversidade de intergrupais, Doise identifica três níveis de análise: a) o primeiro nível refere-se aos indivíduos, ou melhor, ao modo como organiza sua experiência com o grupo que a circunda; b) o segundo nível refere-se aos indivíduos e situacionais, onde são considerados como interações; c) o terceiro nível refere-se aos sistemas explicativos desse nível situacional dos indivíduos; d) o quarto nível refere-se às diferenças são levadas em conta as diferenças entre os indivíduos na rede de relações sociais, situando-se aqui a importância do poder e *status* existentes entre os indivíduos; e) o quarto nível de análise refere-se aos sistemas de crenças, representações e valores sociais, que constituem, segundo

Doise, “as produções culturais da sociedade ou de alguns grupos sociais, que significam os comportamentos”.

pela Psicologia Social. Em geral, de acordo com Doise (1997), as explicações intra-individuais e sociais costumam ser vistas como ocupando pólos extremos e incompatíveis dentro da Psicologia Social e suas teorias. A própria distinção entre eles e sua possível articulação demonstram, contudo, que a oposição entre as “duas psicologias sociais” – psicológica e sociológica – não reflete necessariamente as complexidades e imbricações das explicações sociopsicológicas usadas pelos pesquisadores. E prossegue o autor (Doise, 1997):

“Análises que articulem os diferentes níveis constituem um aspecto essencial do esforço científico dos psicólogos sociais. A complementação de explicações localizadas em um nível de análise por explicações em outros níveis não apenas amplia a validade das análises sociopsicológicas, mas também produz uma ciência mais cumulativa, pela integração dos achados obtidos através de modelos de diferentes níveis de análise.” (p. 72)

Em face do reconhecimento da necessidade de conferir ordem à realidade do campo ocupado pela Psicologia, Doise (1997) adverte que se ela é a ciência que se constrói na junção de distintos sistemas explicativos, os pesquisadores dessas disciplinas devem convergir na preocupação em demonstrar as interseções que lhes são comuns. Para isso, conclui, é imprescindível que disponham de princípios organizadores, tenham consciência das tradições históricas de pesquisa e das idéias temáticas que atravessam as fronteiras das diferentes disciplinas das ciências sociais.

Ainda sob o enfoque de uma Psicologia Social que se valha de explicações em níveis múltiplos – por se situar na interface entre o mundo individual e o social e, por essa razão mesmo, devendo ser analisada em termos indispensavelmente integrativos – destacam-se Elliot Smith e Diane Mackie (1995, 1997). No prefácio à sua obra *Social Psychology* (1995) afirmam enfaticamente seu objetivo de apresentar o comportamento social e a ciência que o estuda de uma forma conceitual e tematicamente integrada, porquanto a natureza especial da Psicologia

(1997) em face da extensa lista de tópicos estudados pelos psicólogos, que, em sua quase totalidade, apresentam de forma desconexa e incompatível, aparentam nada ter em comum.

A primeira diz respeito à integração dos tópicos estudados através de oito princípios. Os dois mais importantes referem-se ao fato de que as pessoas constroem sua realidade social e que a vida social permeia a vida em sociedade. A segunda refere-se à interação indivíduo/mundo social se dá em função de três princípios motivacionais (desejo de dominação social, desejo de conexão com pessoas e desejo de manter uma visão positiva do *self*) e de três princípios de processamento (conservadorismo ou resistência às mudanças nas representações mentais e dos padrões de comportamento, acessibilidade da informação e preferência por processamento automático), que dirigem e controlam os pensamentos, sentimentos e ações. Da mesma forma, os dois processos fundamentais, os processos motivacionais e cognitivos são sociais e a sua operação e funcionam de forma integrada para gerar o comportamento social;

A segunda forma corresponde à integração do conteúdo e do cognitivo. Se, por um lado, a psicologia social vem buscando integrar o funcionamento dos processos cognitivos e emocionais, os psicólogos sociais são conscientes de que, nas relações sociais, as relações interpessoais e emocionais que derivam do sentimento e da emoção moldam todas as ações individuais. Neles se diz que a tensão essencial do comportamento humano é a indissociável interconexão entre os processos individuais e os processos sociais. Smith e Mackie (1995) afirmam que psicólogos sociais norte-americanos enfatizaram aspectos um pouco diferentes da interação social/cognitivo, o que não impede a necessária integração entre as várias perspectivas.

fenômenos limitados e de problemas confinados por fronteiras disciplinares e se movendo em direção ao exame de princípios psicológicos básicos. Este renovado interesse por princípios básicos em múltiplos níveis de análise pode servir para tornar a unir o campo da Psicologia.” (p. 312)

A essas palavras há que acrescentar que se isso vale para a Psicologia como um todo, o que não dizer sobre a necessidade de integração interna da Psicologia Social? Por sua feição especial dentro da Psicologia geral, essa contribuição poderá se tornar um passo importante na busca de integração da área maior.

Se bem que já se possam vislumbrar perspectivas otimistas nessa direção, tanto no domínio da Psicologia Social psicológica quanto no da sociológica – e os autores aqui citados (Doise, 1996; Gold & Douvan, 1997; McGarty & Haslam, 1997; Smith & Mackie, 1995, 1997; Stephan & Stephan, 1985), enquanto representantes de uma ou outra corrente, atestam isso – não há como deixar de admitir que ainda prevalecem duas tendências gerais no que se refere aos níveis de explicação adotados: os estudos da primeira abordagem se situariam predominantemente nos níveis intrapessoal e interpessoal e os da segunda, embora também vinculados a esses níveis, já se introduzem nos níveis posicional e ideológico.

### **O Estudo da Microjustiça e da Macrojustiça**

Após passar em revista a contribuição de alguns estudiosos da Psicologia Social que se dedicam a refletir criticamente sobre o estágio atual dos conhecimentos por ela gerados e as eventuais mudanças de rumo decorrentes das exigências de integração que lhe vêm sendo impostas, gostaria de ilustrar a discussão ora em pauta tomando o tema da justiça como foco. Preliminarmente, convém ressaltar as visíveis repercussões que o movimento de rediscussão da Psicologia Social, em sentido amplo, vem trazendo para áreas temáticas específicas, como é o caso da *Psicologia Social da justiça*.

Por se tratar de uma área de estudo nascida nos EUA (na década de sessenta), o exame da literatura especializada

nível interpessoal e leva em consideração os indivíduos. É o próprio D. a pesquisa prévia em equidade, até então em vigor. Em suas

“A abordagem de justiça é insuficientemente sociopsicológica, pois o indivíduo, ao invés de a interação emerge. A justiça emerge dos valores que definem a justiça, a negociação entre partes conflitantes. A atual sobre justiça ignora a relação processo pelo qual a justiça é realizada.”

Até a década de 80, predomina na microjustiça, mas inicia-se uma preocupação paralela em distinguir a da macrojustiça, na qual é a distribuição de bens sociais entre os vários níveis que está em pauta. É especialmente a partir de 1990 que ganha corpo a abordagem da Psicologia Social da justiça, que antes era esporádica. Trata-se, na microjustiça, de uma preocupação, sistemática, com as possibilidades oferecidas por ela, qual, por sua própria natureza, é adequada para indivíduos, grupos e sociedades, “como uma luva” para demonstrar a abordagem em múltiplos níveis.

Assim é que já na introdução de *Human Relations*, Vermunt e outros chamam a atenção para a importância da justiça com base em três níveis: individual, grupal e *societal*. No entanto, se dirige para o modo como se entende a justiça, como a complexidade do fenômeno e o modo que concebem como sendo a justiça no nível grupal e organizacional, a distribuição dos recursos e a cooperação e na relação entre

em geral, não há consistência entre essas três ordens de influência. Como a justiça é um valor de extrema saliência na vida da maioria das pessoas, tais inconsistências assumem um importante papel, tornando-se necessário, em consequência, que a pesquisa leve em conta as causas do comportamento de justiça nos vários planos da vida social (indivíduos, grupos e sociedades), bem como as explicações desse comportamento em múltiplos níveis de análise.

Markovsky (1991) registra também que, em geral, as teorias de justiça operam em um de dois níveis de análise: no individual, em que o foco são os processos cognitivos, as comparações interpessoais e as respostas individuais a uma dada distribuição de recompensas; em nível mais amplo, a preocupação é com a justiça coletiva. Defende o ponto de vista de que esses dois níveis podem ser teoricamente articulados para uma compreensão mais rica dos processos ativados em cada um deles. Tomando a justiça como um fenômeno social e cognitivamente construído, Markovsky apresenta um modelo teórico baseado em diferentes níveis de análise, incluindo, entre outros aspectos, o psicológico e o socioestrutural. As avaliações de justiça são determinadas tanto pela informação advinda de fatores contextuais e socioestruturais como pelo indivíduo que recolhe e processa essa informação. Em outras palavras, os julgamentos de justiça, que são afetados pelas percepções que o indivíduo tem dos outros, são acentuados pelo tipo de grupo a que pertence, o que permite a conclusão de que, paralelamente ao desenvolvimento social de normas de justiça, pode-se distinguir o desenvolvimento psicológico de normas e motivos.

Precedendo uma discussão comparativa entre injustiça interpessoal e injustiça intergrupar, Syroit (1991) comenta as várias posições adotadas pelos autores em relação às possibilidades de articulação entre os níveis de explicação do comportamento humano. Segundo ele, embora seja reconhecido que as percepções e cognições que originam

qualquer tentativa de explicar um nível de comportamento, essa razão, advoga a necessidade de se levar em conta, explicitamente, as variáveis conceituais envolvidas nas explicações psicológicas dos comportamentos individuais. Nesse sentido, não há necessidade de considerar que os “*sujeitos experimentais*” são apenas como sujeitos, mas trazem consigo as experiências que ocupam fora do laboratório. Tomando como base a Teoria de Identidade Social, de Tajfel (1978), Syroit (1991) apresenta uma versão particular de um modelo de injustiça intergrupar, no qual se dá a transição do comportamento de justiça para o intergrupar. Assim, no que se refere à percepção de uma situação de troca com outros, se que quanto mais uma pessoa relaciona diferenças entre ela e os outros em termos de respectivas pertencas grupais, e quanto mais se sente o sistema social de acordo com um sistema de mudança social, mais provavelmente a situação como uma instância da injustiça. Suas reações comportamentais à situação de injustiça situarão, então, no extremo intergrupar/interpessoal/intergrupar.

Em apoio à posição de Syroit (1991), os quadros de referência teóricos de injustiça intergrupar – constituem uma base sólida para o desenvolvimento de abordagens teóricas acerca da justiça e injustiça, é importante citar o trabalho de Rabbie e Lodewijckx (1991), que demonstram marcantes nas reações individuais e grupais à injustiça. Em engenhoso experimento, os autores constataram que os grupos reagem mais fortemente às violações de normas por outras pessoas do que indivíduos o fazem.

Cohen (1991) traz também importantes contribuições no sentido de preencher lacunas entre as abordagens de comportamento de justiça nos níveis individual e intergrupar, afirmando que uma distribuição de recursos é percebida como injusta quando

processo histórico particular. Tampouco basta considerar os indivíduos em sua relação com a sociedade mais ampla porque eles também são membros de grupos e categorias. A sua qualidade de membros de grupos e de categorias de pessoas é decisiva para analisar seus julgamentos sobre a justiça ou injustiça dos eventos que lhe ocorrem em sua vida cotidiana. A pertença grupal molda os pensamentos e sentimentos individuais e os indivíduos fazem uso dessa qualidade para influenciar seu ambiente físico e social. Grupos distintos oferecem a seus membros, por exemplo, regras e padrões diferentes de merecimento e de direitos, dependendo da natureza do grupo e de sua posição dentro da sociedade, bem como de suas relações de conflito, dependência ou independência com os demais grupos.

Nessa mesma linha de argumentação, Tyler, Boeckmann, Smith e Huo (1997), ao tratarem da micro x macrojustiça distributiva, põem em relevo esse aspecto crítico da questão. Segundo eles, a discussão entre esses dois pólos da justiça tornou-se ainda mais complexa quando os psicólogos sociais passaram a reconhecer o relevante papel que as pertenças grupais desempenham nas autodefinições. A microjustiça, tradicionalmente, tem sido focalizada em termos estritamente individuais, como por exemplo, o desejo de um trabalhador de receber uma remuneração justa por suas atividades, comparativamente a outro em condições equivalentes. A macrojustiça, por seu turno, vem sendo entendida como a que se refere ao nível social mais amplo, à sociedade como um todo. Contudo, há um nível intermediário, que não vem sendo adequadamente examinado, e que está associado às preocupações das pessoas com que seus grupos recebam o tratamento e os recursos apropriados. De acordo com Tyler e seus colaboradores, não fica muito claro se os julgamentos baseados nos grupos devem ser enquadrados na micro ou na macrojustiça. Em algumas instâncias, a maior saliência do sentimento de pertença grupal pode permitir um foco na

do confronto dos enfoques psicológica e sociológica. Nos primeiros estudos sobre justiça, o reflexo direto da natureza individual do fenômeno, característica da tradição americana, razão pela qual aceitou-se o caráter individual do fenômeno, foi a distinção entre privação (comparações interpessoais) e pertença (comparações intergrupais), como o europeu, Runciman, (1966, citado por Tyler), que renunciou a emergência de um aspecto relevante dentro da área. As teorias de justiça devem, então, considerar modelos de justiça baseados no desenvolvimento de modelos de justiça. A explicação parece inevitável, o surgimento de sociedades multiculturais.

A revisão da literatura mostra, segundo Tyler e colaboradores, que a infusão da teoria de identidade social em justiça é consideravelmente recente. As áreas da Psicologia Social e da Sociologia das identidades sociais têm profundas raízes na sociedade. Se, sob essa perspectiva, os indivíduos são moldados tanto por identidades individuais únicas (identidade individual) quanto por vínculos de pertença a importantes grupos sociais (identidade social), isto pode ser definido em termos dos seus comportamentos e experiências em termos grupais. Há maior probabilidade de experimentar a justiça e de se engajarem em ações coletivas quando contrastam com as derivadas da identidade social, até então prevalecente, que encorajava as pessoas a formar identidades em termos puramente individuais. É claramente a força de reação que prevalece a idéia de que a



para indivíduos (ou grupos) e as avaliações da justiça da sociedade como um todo, sublinhada pela primeira vez por Brickman, Folger, Goode e Schul (1981, citados por Tyler & Smith, 1998). Tyler e Smith afirmam que o dado empírico mais importante nessa área é que há uma tensão entre os princípios de micro e macrojustiça distributiva. Assim é que quando as pessoas são solicitadas a distribuir recursos econômicos de acordo com princípios de microjustiça, elas optam por diferenças baseadas em capacidade e esforço, isto é, pela equidade. No entanto, quando avaliam distribuições de recursos em termos do funcionamento das sociedades, elas julgam a equidade como injusta, modificando o critério das distribuições de forma a diminuir a diferença entre os mais e os menos favorecidos, numa clara demonstração de tendências mais igualitárias. Alguns fatores situacionais específicos parecem afetar também suas escolhas por um ou outro tipo de princípio ao fazerem julgamentos de justiça. De acordo com Tyler e Smith, as pessoas parecem mais propensas a adotar princípios de macrojustiça em questões que acreditam estarem além de seu controle individual; em contrapartida, quando se vêem com controle, e portanto, como responsáveis por um problema, elas se valem de julgamentos em níveis de microjustiça.

É possível detectar também um movimento em favor de uma ampliação dos focos de análise das questões de justiça no contexto organizacional e do trabalho, assim como de uma explicação desse fenômeno em níveis múltiplos. Como os estudos pioneiros em equidade originaram-se justamente nessa área, sendo relacionados os sentimentos de tratamento justo com maior motivação e satisfação no trabalho, toda a ênfase recaía na justiça individual e interpessoal.

No entanto, em consonância com a preocupação de alargar as fronteiras do estudo da justiça, diversificam-se atualmente as perspectivas de análise com a introdução de um terceiro nível, o sistêmico, em que se estuda a justiça tomando como foco a organização como um todo. Contudo, há ainda uma certa hesitação em relação

Por outro lado, já se pode também notar a preocupação de alguns estudiosos com a justiça de justiça que se proponham a articular os níveis de análise. Em estudo sobre os determinantes sociais de justiça nas relações de trabalho, Tyler afirma que, a despeito da atenção dada recentemente, vem sendo dedicada a justiça organizacional, ainda é reduzida a atenção em todos os níveis de análise na teoria e pesquisa.

James (1993) assinala ainda que há poucos esforços no sentido de examinar o papel da justiça em nível macro nos processos e resultados organizacionais, mas a tônica ainda permanece no enfoque individualista (intrapsíquico). Partindo do pressuposto de que é impossível alcançar equilíbrio entre os níveis de análise nos processos organizacionais para que seja possível compreender a complexidade dos processos de justiça, James propõe um modelo teórico de justiça que considera categorias de fatores e examina sua influência nos níveis organizacional: a cultura (societal e organizacional), as relações intergrupais (na sociedade maior e nas organizações) e a estrutura organizacional.

Em face dessa breve resenha de estudos recentes especificamente voltados para o estudo da justiça, eles de caráter mais teórico, sejam de caráter empírico, pode-se constatar as repercussões de um movimento de ampla diferenciação dos níveis de análise do fenômeno, e, paralelamente, de tentativa de articulação entre eles. Obviamente, não foram resolvidas muitas das questões problemáticas levantadas na primeira parte desse trabalho, como a complexa variabilidade de significados para a palavra justiça, modelos teóricos integrados e um maior desenvolvimento da exploração da explicação da justiça em termos psicológicos e ideológicos (cf. Doise, 1997). De qualquer modo, somente o prosseguimento da pesquisa em todos os níveis e a integração gradual dos estudos em diferentes níveis de análise poderão contribuir para a compreensão da justiça em sua complexidade.

Complementarmente, resumirei os principais tipos de conhecimento produzidos a respeito dessa temática em cada um desses níveis.

No nível I, em que a ênfase é no modo como (isto é, os mecanismos pelos quais) os indivíduos organizam e processam a informação do ambiente social, o exemplo típico é a pesquisa experimental realizada com o objetivo de investigar a percepção e reação à injustiça (Assmar, 1995). Tomando como ponto de partida as formulações da teoria da equidade, demonstrou-se que sujeitos brasileiros, quando isolados no *setting* experimental, percebem (ainda que não com a intensidade teoricamente prevista) e reagem à injustiça em moldes similares aos preconizados pela teoria.

No entanto, nessa mesma pesquisa, por se julgar limitada a perspectiva de estudar a justiça em termos puramente individuais (ou intrapsíquicos), foi incluída a variável interação social entre os sujeitos, por se supor que ela teria efeitos diferenciais nos julgamentos e respostas à injustiça experimentalmente criada. O nível II estaria, então, sendo considerado, na medida em que se focalizou a dinâmica dos processos interpessoais subjacente à situação em estudo, entendendo-a como capaz de interferir nos comportamentos dos sujeitos (vistos como intercambiáveis). Os resultados mostraram diferenças significativas nas reações à injustiça entre os sujeitos isolados e os sujeitos em diferentes graus de interação social, sugerindo-se, então, a introdução dessa variável na teorização sobre equidade.

Ainda no nível interpessoal e situacional, podem ser classificados os estudos realizados com a abordagem multidimensional de justiça (Deutsch, 1985), em que procurei testar as hipóteses desse autor em relação à predominância de uma das três normas de justiça (equidade, igualdade, necessidade) de acordo com o tipos de relação cooperativa e dos objetivos primordiais que os diferentes grupos sociais procuram atingir. Os resultados corroboraram integralmente a idéia de que a

poder entre vítima e “vitimado” é um fator importante na sofrida (Assmar, 1997).

Um estudo sobre a representação da justiça em diferentes níveis socioeconômicos médios foi realizado no Rio de Janeiro (Carvalho, 1997), com o objetivo de obter um representante do nível IV da teoria da justiça, como ideológico ou cultural. Em diferentes níveis desse nível, foram estudadas as representações da justiça, compartilhadas por oito grupos sociais (jovens solteiros sem filhos, jovens com filhos até dez anos, adultos jovens, idosos aposentados, etc.). Foram identificadas diferenças entre as representações dos grupos. Nas representações do nível socioeconômico médio, a justiça é definida como a definição de justiça socioeconômico baixo, como a justiça socioeconômico alto, mas todos são unânimes em considerar a justiça como injustiça.

Diante desses exemplos, com o intuito de dar um percurso em direção à uma compreensão mais ampla do fenômeno da justiça ainda que, ao menos, ele já se inicia com a justiça, a justiça “iluminado” por diferentes correntes de pensamento, níveis de análise, ainda que a justiça seja uma Obviamente, as lacunas nessas representações são imensas, especialmente quando se trata da recomendação de Doise (1997) de que a justiça em diferentes níveis deve ser o produto de uma distinção entre os princípios da justiça e o poder de organização de uma sociedade, o alcance restrito se não servir para a justiça futuras.

- Cohen, R. L. (1991). Membership, intergroup relations, and justice. Em R. Vermunt & H. Steensma (Orgs.), *Social justice in human relations: Societal and psychological origins of justice*. (Vol. 1, pp. 239-258). New York: Plenum Press.
- Deutsch, M. (1985). *Distributive justice: A social-psychological perspective*. New Haven: Yale University Press.
- Doise, W. (1997). Organizing social-psychological explanations. Em G. McGarty & S. S. Haslam (Orgs.), *The message of social psychology: Perspectives on mind in society* (pp.63-76). Cambridge: Blackwell.
- Gold, M. & Douvan, E. (1997). *A new outline of social psychology*. Washington, DC: APA.
- Hewstone, M. (1997). Three lessons from social psychology. Em G. McGarty & S. S. Haslam (Orgs.), *The message of social psychology: Perspectives on mind in society* (pp.166-181). Cambridge: Blackwell.
- James, K. (1993). The social context of organizational justice: Cultural, intergroup, and structural effects on justice behavior and perceptions. Em R. Cropanzano (Org.), *Justice in the workplace: Approaching fairness in human resource management* (pp. 21-50). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Markovsky, B. (1991). Prospects for a cognitive-structural justice theory. Em R. Vermunt & H. Steensma (Orgs.), *Social justice in human relations: Societal and psychological origins of justice*. (Vol. 1, pp. 33-58). New York: Plenum.
- McGarty, G. & Haslam, S. A. (1997). Introduction and a short history of social psychology. Em G. McGarty & S. S. Haslam (Orgs.), *The message of social psychology: Perspectives on mind in society* (pp.1-19). Cambridge: Blackwell.
- Mikula, G. (1986). The experience of injustice: Toward a better understanding of its phenomenology. Em H. W. Bierhoff, R. L. Cohen & J. Greenberg (Orgs.), *Justice in interpersonal relations* (pp. 103-123). New York: Plenum.
- Rabbie, J. M. & Lodewijckx, H. F. M. (1991). Aggressive reactions to social injustice by individuals and groups: Toward a behavioral interaction model. Em R. Vermunt & H. Steensma (Orgs.), *Social justice in human relations: Societal and psychological origins of justice* (Vol. 1, pp. 279-309). New York: Plenum.
- Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., & Sherif, M. (1954). *Intergroup conflict and cooperation: The Robbers Cave experiment*. University of Oklahoma/Book Exchange.
- Smith, E. R. & Mackie, D. (1995). *Social psychology*. New York: Macmillan.
- Smith, E. R. & Mackie, D. (1997). Integrating the psychological to understand human behavior. Em G. McGarty & S. S. Haslam (Orgs.), *The message of social psychology: Perspectives on mind in society* (pp. 314). Cambridge: Blackwell.
- Stephan, C. W. & Stephan, W. G. (1985). *Two social psychological approaches*. Homewood, Illinois: The Dorsey.
- Syroit, J. E. M. M. (1991). Interpersonal and intergroup justice: Theoretical considerations. Em R. Vermunt & H. Steensma (Orgs.), *Social justice in human relations: Societal and psychological origins of justice*. (Vol. 1, pp. 259-277). New York: Plenum.
- Tajfel, H. (Org.). (1978). *Differentiation between social groups*. Oxford: Basil Blackwell Press.
- Tajfel, H. & Turner, J. (1979). An integrative theory of social conflict. Em W. G. Austin & S. Worchel (Orgs.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 695-715). Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Tyler, T. R., Boeckmann, R. J., Smith, H. J. & Huo, A. (1994). *Justice in a diverse society*. Colorado: Westview.
- Tyler, T. R. & Smith, H. J. (1998). Social justice and social identity. Em D. T. Gilbert, S. T. Fiske & G. Lindzey (Orgs.), *The handbook of social psychology* (Vol. 2, pp. 595-629). Boston: McGraw-Hill.
- Vermunt, R. & Steensma, H. (1991). Introduction. Em R. Vermunt & H. Steensma (Orgs.), *Social justice in human relations: Societal and psychological origins of justice* (Vol. 1, pp. 1-9). New York: Plenum.
- Walster, E., Berscheid, E. & Walster, G. W. (1973). The theory of justice research. *Journal of Personality and Social Psychology*, 24, 167-177.

Sobre a autora:

**Eveline Maria Leal Assmar** é Socióloga e Psicóloga, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Bolsista do CNPq e Professora do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Gama Filho.